



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR		
APURAÇÃO DA DÍVIDA EM 31/12/2016		
Dívida em 31/12/2016 - INCLUSÃO MOC 2017 E OUTROS TRIBUNAIS		
Dívida Tribunal de Justiça em 31/12/2016 (fls. 572/574)	R\$	6.218.429,69
(+) Mapa Orçamentário TJ 2017 (não consta - fls. 557/559)	R\$	-
(+) TRT 15ª Região - Até Exercício 2016 (não consta - fls. 576/577)	R\$	-
(+) TRT 15ª Região - orçamento 2017 (não consta - fls. 576/577)	R\$	-
(+) TRF 3ª Região - Até Exercício 2016 (não consta - fl. 578)	R\$	-
(+) TRF 3ª Região - orçamento 2017 (não consta - fl. 578)	R\$	-
=TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2016	R\$	6.218.429,69
(-) Saldo das contas I e II - TJSP em 31/12/2016 (fl. 575)	R\$	(111.696,43)
(-) Saldo das contas I e II - TRT 15ª REGIÃO em 31/12/2016 (não consta - fls. 576/577)	R\$	-
(-) Saldo das contas I e II - TRF 3ª REGIÃO em 31/12/2016 (não consta - fl. 578)	R\$	-
=Dívida efetiva em 31/12/2016	R\$	6.106.733,26
(-) Acordo nos autos (fls. 441/458, fls. 487/495, fls. 525/555 e fls. 561/563)	R\$	(6.160.790,19)
(=) BASE DE CÁLCULO PARA APURAÇÃO DA ALÍQUOTA	R\$	(54.056,93)
ALÍQUOTA EQUIVALENTE À DÍVIDA DA DEVEDORA, CONSIDERANDO O PRAZO MÁXIMO ESTABELECIDO NA E.C 94/2016, EM RELAÇÃO À RCL		
PARCELA MENSAL (considerando o prazo máximo da EC 94/16) 1/48	÷	RCL ACUMULADA R\$ 173.403.343,46 em OUT/16 - 1/12
(R\$ 1.126,19)		R\$ 14.450.278,62
	0,00%	
ALÍQUOTA MÍNIMA ESTABELECIDA NA EC. 62/2009		
ALÍQUOTA MÍNIMA ESTABELECIDA NA EC. 62/2009	valor correspondente a 1% da RCL de outubro/2016 - mensal	
1,00%	R\$	144.502,79
ALÍQUOTA MÍNIMA SOBRE A RCL PARA DEPOSITO MENSAL EM 2017		
Alíquota Mínima	0,00%	



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO
PAULO

**DEPRE 5.2 - SERVIÇO DE GESTÕES DAS DÍVIDAS, CONCILIAÇÕES E RATEIOS DOS
DEPÓSITOS - LETRAS I a P**

Processo Geral de Gestão n° 8294/10

Informação n° 130/2017

1. Em cumprimento ao r. despacho de fl. 581, procedemos à análise para verificação da alíquota mínima a ser depositada no exercício de 2017, nos termos do artigo 101 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional n° 94/2016, considerando o saldo devedor da dívida em 31/12/2016, dividido por 48 meses, tendo em vista que o prazo máximo para quitação dos precatórios é 31/12/2020.

2. Ressaltamos que, em razão de a entidade ter pertencido ao Regime Ordinário até a presente data, a alíquota correspondente à média do comprometimento percentual da Receita Corrente Líquida no período de 2012 a 2014 não foi considerada para o cálculo.

3. Para apuração da alíquota do exercício de 2017, levou-se, ainda, em consideração a alíquota mínima de 1% da RCL para as Entidades Municipais e para as Entidades Estaduais o mínimo de 1,5% da RCL, como determinava a EC 62/09, em cumprimento ao princípio estabelecido de acordo com o qual o esforço deve ser mantido.

4. De conformidade com critérios estabelecidos, não há alíquota mínima a ser apurada sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), tendo em vista que a Municipalidade efetuou acordo nos autos de origem dos precatórios pendentes de pagamento pertencentes aos Mapas Orçamentários de 2015 e 2016, conforme fls. 441/458, fls. 487/495, fls. 525/555 e fls. 561/563 e, a Municipalidade não possui Mapa Orçamentário de 2017.

5. Ressaltamos que os referidos acordos foram encaminhados ao Setor de Pagamento deste E. Tribunal de Justiça, conforme memorandos n° 035/2016 (fl. 476), n° 019/2017 (fl. 556) e n° 020/2017 (fl. 564), sendo que eventual diferença será objeto de cobrança em momento oportuno.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPRE 5.2 - SERVIÇO DE GESTÕES DAS DÍVIDAS, CONCILIAÇÕES E RATEIOS DOS DEPÓSITOS - LETRAS I a P

Processo Geral de Gestão nº 8294/10

Informação nº 130/2017

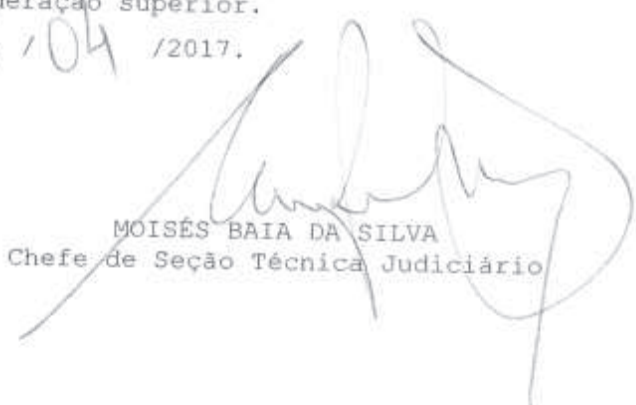
6. Procedemos aos cálculos tomando como base a dívida extraída do Sistema de Controle de Precatórios, bem como a dívida fornecida pelos E. Tribunais participantes do Acordo de Cooperação, considerada para a data de 31/12/2016, ressalvando que quando do pagamento se houver mudança nos valores serão procedidos os ajustes.

7.

À consideração superior.

Em 25/04 /2017.


 GABRIELA NEVES BATISTA PEREIRA
 Contador Judiciário


 MOISÉS BAIÁ DA SILVA
 Chefe de Seção Técnica Judiciário




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO


DIRETORIA DE EXECUÇÕES DE PRECATÓRIOS E CÁLCULOS

Processo Geral de Gestão nº 8294/10

De acordo com os informes técnicos prestados e cálculos elaborados.

Em 25/04/2017.


CLAUDIA ALVES DOS SANTOS
Supervisora de Serviço


NELSON ALVES DE ALMEIDA
Coordenador

De acordo.

Faço estes autos conclusos, nesta data, ao Exmo. Sr. Desembargador Dr. Aliende Ribeiro, Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos.

Em 25/04/2017.


NAIR MARQUES E. S. ANTEPORTAM
Diretora